

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**MAURICIO AMBROSINI**

**INSTABILIDADE INSTITUCIONAL E SEUS EFEITOS SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL (2011 – 2016)**

**CHAPECÓ**

**2024**

**MAURICIO AMBROSINI**

**INSTABILIDADE INSTITUCIONAL E SEUS EFEITOS SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL (2011 – 2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharel de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brião Zanela

**CHAPECÓ**

**2024**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Ambrosini, Mauricio

INSTABILIDADE INSTITUCIONAL E SEUS EFEITOS SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL (2011 ? 2016) /  
Mauricio Ambrosini. -- 2024.

49 f.:il.

Orientador: Dr. Angelo Brião Zanela

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Bacharelado em Administração, Chapecó, SC, 2024.

1. Instabilidade. 2. Instituição. 3. Economia. 4.  
Brasil. 5. Desenvolvimento. I. Zanela, Angelo Brião,  
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.  
Título.

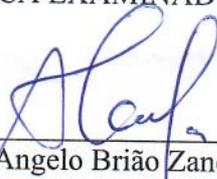
**MAURICIO AMBROSINI**

**INSTABILIDADE INSTITUCIONAL E SEUS EFEITOS SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL (2011 – 2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Bacharel de Administração da Universidade Federal da  
Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do  
grau de bacharel em Administração.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angelo Brião Zanela - UFFS  
Orientador



---

Prof. Dr. Darlan Christiano Kroth - UFFS



---

Prof. Dr. Fabiano Geremia - UFFS

Dedico este trabalho aos meus pais, que não pouparam esforços para que eu pudesse concluir meus estudos.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo, por ter me sustentado e dado forças para chegar até aqui, mesmo diante de vários desafios. Aos meus pais, minha mãe Vanice, e em especial ao meu pai, Neri que agora me acompanha do céu, minha eterna gratidão. Ao meu irmão Fernando, por estar sempre ao meu lado e me ajudar sempre em tudo que preciso meu eterno aliado. Meu sincero agradecimento também aos meus tios, Alécio e Marilene, que no início da minha jornada, me acolheram e me deram um lar, possibilitando que eu seguisse meus estudos e trilhasse meu caminho profissional. Ao meu primo, Felipe por ouvir minhas angústias e me oferecer apoio incondicional em momentos de turbulências, e ao meu tio, Gilmar, que em momentos difíceis em minha vida, foi um porto seguro, ajudando-me a encontrar clareza e equilíbrio. A todos, meu profundo reconhecimento e carinho.

## RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo investigar como a instabilidade institucional afetou o desenvolvimento econômico do Brasil, entre 2011 e 2016, durante o governo da Dilma Rousseff. A pesquisa usou a Nova Economia Institucional como base teórica, com foco nas ideias de Douglass North. Dessa forma, o trabalho buscou responder o problema de pesquisa, optando pela metodologia da abordagem bibliográfica e descritiva, promovendo levantamentos de pesquisas que permitiram o alcance de análises qualitativas e quantitativas correlacionais. Foram analisados fatores, como a crise política, inflação, desemprego e as políticas econômicas que foram adotadas, como a nova matriz econômica e os ajustes fiscais. Escândalos de corrupção, crises nas instituições brasileiras e desafios políticos impostos, abalaram a confiança dos investidores internos e externos tendo como resultado períodos de clara recessão. Este estudo também foi capaz de mostrar que as políticas fiscais e monetárias eram inconsistentes e a governança institucional mostrava-se fragilizada. Assim sendo, o menor crescimento do PIB e o aumento das taxas de desemprego ajudaram a criar um cenário pouco promissor. Ao final deste trabalho, percebeu-se que quando não há consenso político, criam-se dificuldades cada vez maiores aos *policy makers* que pretendem implementar reformas econômicas necessárias em tempos difíceis, atrapalhando, portanto, o funcionamento dos mecanismos responsáveis pela geração de crescimento e desenvolvimento econômico de qualquer país. Em suma, considerou-se que a instabilidade institucional promoveu efeitos negativos que inibiram o desenvolvimento econômico do Brasil durante o período analisado. Sobretudo, concluiu-se que é essencial ter instituições estáveis e eficientes com intuito de promover crescimento e desenvolvimento sustentáveis.

Palavras-chave: instituições; instabilidade; políticas; desenvolvimento; economia.

## **ABSTRACT**

This study aimed to investigate how institutional instability affected Brazil's economic development between 2011 and 2016, during Dilma Rousseff's government. The research used New Institutional Economics as its theoretical basis, focusing on Douglass North's ideas. In this way, the study sought to answer the research problem, opting for the bibliographic and descriptive approach methodology, promoting research surveys that allowed for qualitative and quantitative correlational analyses. Factors such as the political crisis, inflation, unemployment and the economic policies that were adopted, such as the new economic matrix and fiscal adjustments, were analyzed. Corruption scandals, crises in Brazilian institutions and imposed political challenges shook the confidence of domestic and foreign investors, resulting in periods of clear recession. This study was also able to show that fiscal and monetary policies were inconsistent and institutional governance was fragile. Therefore, the lower GDP growth and the increase in unemployment rates helped to create an unpromising scenario. At the end of this study, it was found that when there is no political consensus, it becomes increasingly difficult for policymakers to implement necessary economic reforms in difficult times, thus hindering the functioning of the mechanisms responsible for generating growth and economic development in any country. In short, it was considered that institutional instability had negative effects that inhibited Brazil's economic development during the period analyzed. Above all, it was concluded that it is essential to have stable and efficient institutions in order to promote sustainable growth and development.

**Keywords:** institutions; instability; policies; development; economy.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1. PROBLEMA .....	12
1.2. OBJETIVOS .....	13
1.2.1. OBJETIVO GERAL.....	13
1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	13
1.3. JUSTIFICATIVA .....	13
1.4. METODOLOGIA.....	14
1.4.1. ABORDAGEM DE PESQUISA .....	14
1.4.2. FONTE DE DADOS.....	15
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
2.1. ARCABOUÇOS TEÓRICOS LANÇADOS POR VELHOS E OS NEOINSTITUCIONALISTAS .....	15
2.2. A RELAÇÃO ENTRE FATORES INSTITUCIONAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UM PAÍS .....	19
2.3. CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO .....	21
<b>3. INSTABILIDADES REVELADAS, DESAFIOS IMPOSTOS AOS <i>POLICY MAKERS</i> E ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL ENTRE 2011-2016</b> .....	24
3.1. POLÍTICAS ECONÔMICAS DIRECIONADAS (2011-2016) .....	26
<b>4. UMA SÍNTESE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF EM SUAS DUAS ETAPAS</b> .....	28
4.1. PRIMEIRA ETAPA DO GOVERNO DILMA (2011-2014) .....	28
4.1.2. SEGUNDA ETAPA DO GOVERNO DILMA (2014-2016).....	30
<b>5. FATORES INSTITUCIONAIS E SEUS EFEITOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL ENTRE 2011 E 2016</b> .....	31
5.1. EFEITOS DA INSTABILIDADE INSTITUCIONAL SOBRE O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL .....	33
5.2. EFEITOS DA INSTABILIDADE INSTITUCIONAL SOBRE O CRESCIMENTO DO PIB BRASILEIRO.....	35
5.3. RELAÇÃO ENTRE INSTABILIDADE INSTITUCIONAL E DESEMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO .....	37
5.4. CONSEQUÊNCIAS DA INSTABILIDADE INSTITUCIONAL SOBRE A INFLAÇÃO... 39	
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	40
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	45

## 1. INTRODUÇÃO

A história econômica do Brasil revela uma série de desafios impostos às forças que lutam persistentemente pelo desenvolvimento do país desde o período colonial até os dias atuais da república. Apesar das vastas riquezas naturais e potencial econômico, o Brasil ainda não conseguiu encontrar níveis de desenvolvimento econômico que, comparativamente, o coloquem em condições de igualdade frente às nações desenvolvidas. Diversas teorias têm sido propostas para explicar essa distância. Segundo Pereira (1998), uma das razões fundamentais para o subdesenvolvimento econômico do Brasil é a falta de uma mentalidade capitalista predominante entre a população em geral, mentalidade de empreender e possuir investimentos sólidos.

Ao longo das últimas décadas, o país tem sido caracterizado pela má distribuição da renda e altos índices de pobreza (Barros, Henriques e Mendonça, 2000). Ainda segundo os autores, isto demonstra os altos níveis de desigualdade social e econômica, trazendo, portanto, constantemente, desafios e esforços da população para melhorar sua qualidade de vida. Além da desigualdade, diversas barreiras têm dificultado a busca por um aumento de renda, como a falta de acesso à educação de qualidade, oportunidades de profissionalização e incentivos, que possam ser oferecidos à sociedade de um modo geral. Portanto, pode-se dizer que essa tem sido uma realidade para muitos brasileiros, em que um conjunto de fatores tem se perpetuado diante de ciclos caracterizados pelas dificuldades econômicas: falta de consenso político e as dificuldades para implementar reformas econômicas importantes, fora as dificuldades atribuídas à reforma da previdência e aquelas que atualmente pairam sobre a tão esperada reforma tributária, contribuindo, certamente, para a geração de incertezas econômica e política do país.

Segundo Santos *et al.* (2015), a inconsistência entre as políticas econômicas fiscal e monetária, por exemplo, pode contribuir para prover explicações a respeito dos desequilíbrios macroeconômicos sistemáticos internos e/ou externos que a economia brasileira tem apresentado nos últimos anos. Desde a implementação do Plano Real em 1994, o Brasil passou por mudanças significativas em relação ao controle da inflação. Nesse sentido, o Plano Real foi fundamental para estabilizar a moeda e reduzir drasticamente as taxas de inflação que o país enfrentava anteriormente (Sunu, 2018). Nos primeiros anos após sua implementação, houve uma queda acentuada nas taxas de inflação que, segundo o Banco Central do Brasil (BCB), a inflação, que finalizou 1994 com 916%, atingiu 22% em 1995, e assim o Brasil experimentou um período de relativa estabilidade econômica.

Assim como a inflação, a taxa de juros SELIC também foi capaz de apresentar importantes volatilidades ao longo do tempo, sendo que, segundo os dados do próprio Banco Central do Brasil (BACEN), a respectiva taxa já flutuou entre os 9,27% em 2010 e 13,2% em 2016, ou seja, uma variação de aproximadamente quase 4%. Se compararmos, por exemplo, com as taxas aplicadas nos Estados Unidos da América (EUA) no mesmo período, verifica-se uma variação entre 0,25% e 0,75% (Trading Economics).

No que tange o período estabelecido entre 2011 a 2016, o Brasil enfrentou considerável instabilidade política, marcada por uma série de eventos e controvérsias que afetaram o ambiente macroeconômico do país. Uma instabilidade política que se traduziu em implicações significativas nas políticas monetária e fiscal que, como já fora ressaltado, desempenham papéis cruciais no controle da economia e na manutenção da estabilidade macroeconômica. Além disso, não bastasse os graves problemas macroeconômicos revelados no âmbito das políticas supracitadas, aconteceu umas das maiores operações policiais do Brasil, intitulada “Operação Lava Jato”, deflagrada em março de 2014 pela Polícia Federal do Brasil. Essa operação desvendou um vasto esquema de corrupção envolvendo políticos, executivos de empresas e empreiteiras, resultando em numerosas prisões, condenações e mudanças significativas no cenário político e econômico do Brasil (G1, 2017).

É crucial elucidar a influência do Estado no desempenho econômico. Esse esclarecimento é válido, considerando a interação histórica e contemporânea do Estado com os principais setores da economia, especialmente em momentos de crise. Considera-se, nesse sentido, que tanto a política monetária quanto a trajetória da dívida pública brasileira têm sido temas de intensos debates no meio acadêmico e entre as autoridades políticas. A primeira se concentra em torno dos debates sobre o controle da inflação, apesar de alguns contratemplos, enquanto a segunda procura revelar como alcançar aumento em termos nominais perante ainda variações negativas reveladas por parte do Produto Interno Bruto (PIB) (Santos *et al.*, 2015).

Vale ressaltar que, de acordo com os dados do IBGE (2016) no último trimestre de 2016, por exemplo, a produção física da indústria sofreu uma diminuição de 1,5% em relação ao período que corresponde ao primeiro trimestre desse mesmo ano. A redução na produção não se limitou apenas à indústria. De acordo com os dados do IBGE (2016), no trimestre encerrado em abril, as vendas do comércio ampliado também apresentaram uma queda de 1,6% em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Com a indústria e o comércio em declínio, era de se esperar um aumento no desemprego e uma desaceleração econômica. A taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2016, divulgada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua),

subiu para 11,2% no primeiro trimestre. Em termos absolutos, o mercado de trabalho registrou a perda de 286,2 mil postos de trabalho em 3 meses.

Os dados divulgados pelo IBGE também refletem os efeitos da instabilidade política sobre a economia brasileira. A queda na produção física da indústria e nas vendas do comércio ampliado sinalizam a respeito de uma desaceleração econômica refletida diante de uma maior taxa de desemprego no país, conforme aponta a PNAD Contínua.

Assim sendo, é no mínimo coerente indagar sobre como as instabilidades institucionais surtiram efeitos diante dos esforços despendidos, em âmbito nacional, para impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil entre 2011 e 2016.

### 1.1. PROBLEMA

No período de 2011 a 2016, a economia brasileira enfrentou desafios significativos a fim de se desenvolver economicamente. As ações em âmbito institucional, por sua vez, culminaram em uma grave recessão econômica, especialmente ao final do período em questão. Essa recessão não apenas gerou impactos econômicos adversos, mas também acarretou uma série de problemas sociais e políticos, afetando profundamente o cenário social do país.

Vale destacar que o tema sobre os fatores que definiram as condições para o desenvolvimento econômico brasileiro no período em questão já foi objeto de estudo nos trabalhos de vários pesquisadores, entre eles: Pereira (1998), Barros, Henriques e Mendonça (1998) e Feijó, Araújo e Pereira (2022).

No entanto, ao analisar elementos combinados pela história econômica institucional apresentada perante as premissas atribuídas à nova economia institucional descrita, principalmente por Douglass North, este trabalho optou por desenvolver uma configuração retórica, cuja temática fundamental é a forma como instituições em vigor entre 2011 e 2016 afetaram o desenvolvimento econômico do país no período. Sobretudo, acredita-se que este trabalho venha a contribuir com a historiografia econômica produzida no Brasil, ao analisar um período marcado por importantes transformações econômicas e sociais. Procura-se, assim, responder o seguinte problema de pesquisa: ***como a instabilidade institucional, estabelecida no Brasil durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016) afetou o desenvolvimento econômico do país?***

## 1.2. OBJETIVOS

### 1.2.1. OBJETIVO GERAL

- Investigar como os efeitos da instabilidade institucional brasileira, ocorrida durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), podem ter afetado o desenvolvimento econômico do país.

### 1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Destacar as questões relativas às mudanças institucionais a partir dos arcabouços teóricos lançados pelos velhos e os neoinstitucionalistas;
- b) Tratar da relação entre fatores institucionais e desenvolvimento econômico de um país;
- c) Investigar como os fatores institucionais, baseados, principalmente, nas premissas atribuídas à nova economia institucional descrita por Douglass North, motivaram a adoção de políticas econômicas implementadas para promover o desenvolvimento econômico do Brasil ao longo do período estudado;
- d) Apresentar análises que consigam identificar os efeitos da instabilidade institucional brasileira ocorrida durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), os quais podem ter afetado o desenvolvimento econômico do país.

## 1.3. JUSTIFICATIVA

Como aluno de Administração, reconheço a importância de compreender os efeitos das políticas institucionais sobre a economia, especialmente em um país como o Brasil, onde as complexidades políticas e econômicas frequentemente interagem de maneira profunda e imprevisível. Este estudo não só é relevante para a área acadêmica, mas também para o entendimento prático dos desafios que o Brasil enfrenta. Ao abordar um tema tão crucial de uma maneira acessível e direta, busco garantir que o conteúdo seja compreendido não apenas pelos estudiosos e especialistas, mas também por um público mais amplo. Acredito que, ao tratar de questões tão importantes de forma clara e objetiva, posso contribuir para um debate

mais informativo e consciente, permitindo que as pessoas se sintam mais engajadas e informadas sobre os processos econômicos e políticos que impactam suas vidas cotidianas.

Em meio aos desafios que moldam a história econômica do Brasil, encontramos o período de 2011 e 2016, sendo marcado por uma série de eventos com reflexos sobre o desempenho da economia e, obviamente, sobre a sustentabilidade social do país. Especificamente, entende-se que as políticas institucionalmente definidas afetaram não só as condições para a geração de crescimento econômico do país, como também a vida dos brasileiros e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico do país, durante o período delimitado no âmbito desta pesquisa.

Considera-se ainda que, ao revisar a literatura econômica sobre a teoria institucional e descrevendo os eventos ocorridos a partir das principais medidas de políticas econômicas adotadas entre 2011 e 2016, cumpre-se não só com os objetivos voltados a entender os efeitos dos fatores institucionais sobre as condições de vida dos brasileiros no período em questão, como também se acredita estar propondo contribuições para o entendimento a respeito das futuras ocorrências que poderão inibir as condições de prosperidade da nação.

#### 1.4. METODOLOGIA

Nesta seção, serão descritos os métodos e técnicas utilizados para coletar e analisar os dados necessários (inflação, juros, taxa de desemprego e investimento estrangeiro) para responder ao problema de pesquisa lançado neste trabalho e assim alcançar os objetivos estabelecidos.

##### 1.4.1. ABORDAGEM DE PESQUISA

Neste trabalho opta-se pela abordagem bibliográfica e descritiva, promovendo levantamentos de pesquisas que permitam o alcance das análises qualitativas e quantitativas correlacionais. Esta última, justifica-se pela forma de coleta de dados que evidenciam ou negam uma relação entre fenômenos, podendo ou não ser prevista e baseada normalmente em tendências, padrões de comportamento ou relacionamentos em geral. Entende-se, sobretudo, que a abordagem metodológica escolhida nesta pesquisa se apresenta como de fundamental importância à compreensão sobre os efeitos da instabilidade institucional brasileira sobre o desenvolvimento econômico do país entre 2011 e 2016.

## 1.4.2. FONTE DE DADOS

As principais fontes de dados incluirão:

- Dados econômicos e sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Economia e outras fontes oficiais do governo brasileiro;
- Artigos e livros relacionados ao tema proposto;
- Pesquisas e análises oriundos de instituições acadêmicas e instituições financeiras.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. ARCABOUÇOS TEÓRICOS LANÇADOS POR VELHOS E OS NEOINSTITUCIONALISTAS

A compreensão das dinâmicas institucionais e seus impactos no desenvolvimento econômico é fundamental para analisar o desempenho de um país. No caso do Brasil, o período entre 2011 e 2016 se destaca por ter sido marcado por diversas mudanças institucionais, gerando debates acalorados sobre seus efeitos no crescimento econômico e na qualidade de vida da população.

A teoria institucional, conforme destacado por Lopes (2020), explora como as instituições, sejam elas formais (leis, regulamentos, e organizações governamentais) ou informais (tradições, crenças) moldam a economia e a sociedade. Os "velhos" institucionalistas e os neoinstitucionalistas oferecem perspectivas complementares sobre essas mudanças.

A economia institucional se tornou um campo muito importante para entender como as instituições se ligam ao desenvolvimento econômico. Essa abordagem observa as regras – tanto formais quanto informais, assim como normas sociais e valores culturais – influenciam as decisões e ações de pessoas, empresas e governos. Isso, por sua vez, afeta o desempenho econômico de um país (North, 1990).

Os ‘velhos’ institucionalistas, como Thorstein Veblen e John R. Commons, analisaram as instituições de maneiras pioneiras. Veblen (1919 *apud* Lopes, 2011) define instituições como “costumes que as pessoas estabelecem por meio de um pensamento comum que se espalha”.

Commons (1931, *apud* Lopes, 2011) define a instituição como “ações coletivas que controlam, liberam e ampliam o que os indivíduos podem fazer”.

Para Veblen, essas instituições surgem em processos históricos e sociais influenciados por costumes. Assim, as decisões institucionais não são sempre racionais, elas são afetadas por valores e crenças. Já Commons destaca a importância das instituições ao conectar agentes econômicos e considera esses agentes como estruturas que ajudam na cooperação e na resolução de conflitos.

Ao longo da história do pensamento econômico, têm sido feitas tentativas de incorporar as questões relativas às instituições e à mudança institucional dentro da área de ciências econômicas. Exemplos dessas incorporações encontram-se nas obras de economistas clássicos como Adam Smith e John Stuart Mill, além de outros pensadores membros das escolas históricas alemã, inglesa e americana, e ainda Marx, outros marxistas e os membros da Escola Austríaca, como Menger, Von Wieser e Hayek. Além desses, podem-se mencionar ainda pensadores como Schumpeter, membros da escola neoclássica marginalista; dentre eles, Alfred Marshall.

O livro de Malcolm Rutherford de 1994, intitulado "*Institutions in Economics: The Old and The New Institutionalism*", foca em duas tradições principais do pensamento institucionalista na economia. A primeira é a chamada “velha” economia institucional (OIE), que é a tradição institucionalista americana. Já a segunda é a “nova” economia institucional (NIE).

Os antigos institucionalistas realmente destacam o papel importante das normas e valores culturais na formação das instituições econômicas (Hodgson, 2006). Dentro da OIE, temos dois programas bem relevantes para estudar. O primeiro deles tem a ver com Thorstein Veblen e Clarence Ayres. Esse programa olha para os impactos das novas tecnologias nos sistemas institucionais e como as convenções sociais se formam. Além disso, examina como interesses escondidos podem se opor a essas transformações.

As instituições não precisam estar super adaptadas aos instrumentos que têm à disposição. O importante mesmo é manter a comunidade unida. Essas ideias estão ligadas à visão de que a economia moderna foca na política e no poder econômico dos grandes interesses corporativos (Hodgson, 2006).

O segundo programa considerável na OIE vem do trabalho de John R. Commons, onde outros escritores, como Warren Samuels e Allan Schmid, representam essa abordagem. O foco aqui se volta para a legislação, direitos de propriedade e organizações. Eles estudam como tudo

isso evolui e afeta o poder econômico e jurídico, além de como impacta as transações econômicas e a distribuição de renda.

Diante do exposto até o momento, pode-se questionar se faz sentido dividir a teoria institucional entre as teses propostas por velhos e novos institucionalistas. Acredita-se que, em alguns casos, pode ser necessário entrar em detalhes para se entender melhor as diferenças entre Veblen-Ayres, Commons, o pensamento neoclássico e a Escola Austríaca. Mas, para muitos propósitos, as tradições de Veblen-Ayres e Commons podem ser vistas juntas, contrastando com o pensamento neoclássico ou austríaco. Isto parece estar bem claro no que tange às críticas elaboradas em cada nível ou características de análise. Lembra-se aqui das reflexões de Langlois (1986), nas quais o autor menciona que a NIE precisa olhar mais para os processos espontâneos da “mão invisível”, afirmando que os problemas centrais da NIE aparecem por causa do seu “núcleo neoclássico” e que ela deveria levar a um caminho mais austríaco (Langlois, 1989, 291-294). Parece, assim, ser possível diferenciar uma linha mais neoclássica de outra mais austríaca dentro da NIE. Enquanto os velhos institucionalistas ofereceram *insights* sobre a evolução e a função das instituições, os neoinstitucionalistas, liderados por Douglass North, por exemplo, trouxeram novas abordagens teóricas para analisar as estruturas formais e informais que regem as interações econômicas.

Os novos institucionalistas costumam criticar o velho institucionalismo pela falta de teoria e por terem uma tendência a argumentar de jeito holístico. Também utilizam um “*behaviorismo*” ao invés de uma *Teoria da Escolha Racional*. Eles acham que não deram ênfase suficiente à economia como “o processo principal”. Além disso, falham em reconhecer melhor a importância dos processos não intencionais e evolutivos no desenvolvimento institucional.

Os neoinstitucionalistas como North (1990) focam nas estruturas formais e informais que controlam as interações econômicas. Enquanto Veblen e Commons falavam sobre evolução histórica e processos sociais mais longos, North trouxe uma análise mais organizada à economia usando conceitos como “*path dependence*”, o qual ajuda a explicar como decisões passadas definem ou delimitam opções futuras (Lopes, 2011).

Douglass North é um dos principais nomes entre os neoinstitucionalistas e vê as regras formais e informais como essenciais para o desempenho econômico. Ele diz que as instituições são “as regras do jogo numa sociedade ou mais formalmente são restrições feitas pelos humanos que organizam a interação humana” (North, 1990). Com essa visão em mente, dá para entender que mudanças nas regras do jogo – ou seja, mudanças institucionais – podem mudar muito o desempenho econômico de um país. North fala ainda que essas mudanças podem ser incrementais ou disruptivas; porém sempre estão atreladas aos incentivos que moldam o

comportamento humano. A eficiência das instituições, segundo North (1994), reside na sua capacidade de alinhar os incentivos individuais com os objetivos coletivos, promovendo cooperação e reduzindo incertezas. As instituições, portanto, podem ser vistas como resultado de processos formais e informais na resolução de conflitos, e o critério de sucesso é se a instituição tem gerado um “valor razoável” ou “reciprocidade viável” fora do conflito.

Os neoinstitucionalistas também têm suas próprias discordâncias internas. Douglas North critica quem atribuiu uma visão puramente de *rent-seeking* às ações do governo, ou ainda, aqueles que focam apenas nas mudanças contratuais internas. North argumenta a favor de um reconhecimento mais amplo sobre a importância das ideias que incluem fatores como justiça e ideologia em relação às mudanças institucionais (North, 1984, 1986).

A teoria institucional propõe uma base interessante pra entender como as instituições – vistas como regras formais e informais – mudam e impactam tanto a economia quanto a sociedade. Isso pode ser visto bem claro em exemplos práticos como a *Lei de Responsabilidade Fiscal aqui no Brasil*, a qual mostra como as estruturas formais podem ajudar na disciplina fiscal e trazer estabilidade macroeconômica.

Essas instituições desempenham um papel muito importante na criação de um ambiente econômico que pode promover ou restringir o desenvolvimento. Acemoglu e Robinson (2012) argumentam que instituições inclusivas – aquelas que incentivam diversas partes da sociedade a participarem economicamente – são chave para o crescimento sustentável. Já instituições extrativas tendem a concentrar poder nas mãos de poucos e assim inibem o desenvolvimento econômico ao longo do tempo.

Rodrik, Subramanian e Trebbi (2004) acrescentam ao debate dizendo que a qualidade das instituições conta mais do que geografia ou integração econômica quando se fala em diferenças no desenvolvimento entre países. As instituições formais – observadas a partir de leis e regulamentos - geralmente são criadas intencionalmente para guiar comportamentos econômicos e sociais. Elas propõem estruturas legalmente estabelecidas, as quais facilitam as transações econômicas promissoras, protegem os direitos de propriedade e estabelecem maneiras pra resolver disputas (North, 1990). Assim, reportando-se mais uma vez à Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecida no Brasil, permite-se admitir que houve uma tentativa elaborada para se criar essa estrutura formal (Giambiagi; Ronci, 2004), a qual facilitou a realização das transações supracitadas.

Por outro lado, entende-se que as instituições informais – normas sociais, costumes e tradições – também têm seu papel vital na economia. Muitas vezes surgem naturalmente e são mantidas por meio das necessidades sociais. Com isso, pérolas dos velhos institucionalistas

junto às ideias do Douglass North permitem-nos entender melhor como as mudanças institucionais não são elementos estáticos, mas dinâmicos; e evoluem conforme mudamos socialmente, politicamente e economicamente. Ter instituições fortalecidas é fundamental para o desenvolvimento econômico. A teoria institucional fornece, portanto, ferramentas para analisar as ações em prol deste desenvolvimento.

Levando em consideração o cenário brasileiro, as mudanças institucionais ocorridas entre 2011-2016 mostraram claramente como tais mudanças puderam influenciar tanto a estabilidade, quanto a falta dela, traduzida por crises econômicas e políticas, assim como as formas que foram geridas.

Em suma, a análise baseada nos fatores institucionais descritos a partir das propostas teóricas dos velhos e novos institucionalistas nos leva a entender que os grandes desafios enfrentados pelo Brasil em seu passado recente – e na atualidade – têm nas instituições papel fundamental perante a jornada de alcançar o desenvolvimento deste país. Ademais, considera-se que eficientes ou não, devem ter consequências diretas sobre crescimento econômico e estabilidade social.

## 2.2. A RELAÇÃO ENTRE FATORES INSTITUCIONAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UM PAÍS

A conexão entre fatores institucionais e o desenvolvimento econômico de uma nação é um tema bastante discutido nos estudos das instituições que, como Douglass North definiu, são as regras do jogo. Essas regras ajudam a moldar as interações sociais, políticas e econômicas. Elas têm um papel importante na maneira como o crescimento e o desenvolvimento econômico e social acontecem (North, 1990).

O velho institucionalismo revela que a fragmentação política e os escândalos de corrupção mostram que as brigas entre as elites políticas e econômicas podem deixar a institucionalidade bem instável. Esses conflitos não apenas tiram recursos públicos do lugar certo, mas também criam um cenário incerto para os negócios. Isso torna difícil planejar a longo prazo e acaba afastando novos investidores do mercado (Commons, 1934).

Já os neoinstitucionalistas, como Douglass North, aprofundaram essa análise. Para eles, as instituições são restrições formais e informais que afetam como as pessoas e a economia agem. North defendia que instituições eficazes são aquelas que diminuem custos de transação, oferecem segurança jurídica e estabelecem um ambiente previsível para as atividades

econômicas. Ele trouxe à luz o conceito de “*path dependence*”. Isso significa que decisões passadas sobre instituições têm um impacto duradouro no futuro. Segundo North (1994), mudanças ásperas ou inconsistências nas instituições podem deixar tudo muito incerto, desmotivando investimentos de longo prazo e inovações tecnológicas, além de poder prejudicar o desenvolvimento econômico e social.

De acordo com North (1994), quando há instabilidade institucional — com muitas mudanças nas leis, inseguranças jurídicas e uma visão alta sobre corrupção — os custos de transação aumentam e desestimulam investimentos de longo prazo.

Um grande desafio para o desenvolvimento econômico é a falta de instituições eficientes que garantam direitos de propriedade, cumprimento de contratos e transparência nas decisões do governo (Acemoglu; Robinson, 2012).

Vejamos um exemplo marcante: a Coreia do Sul. Na segunda metade do século XX, ela fez reformas institucionais importantes que ajudaram no desenvolvimento econômico (Rodrik, 2003). Instituições robustas focadas em direitos de propriedade e transparência criaram um ambiente mais confiável para os negócios. Com isso, atraíram investimentos estrangeiros e estimularam inovações, resultando em uma economia super avançada (Rodrik, 2003).

Essas reformas facilitaram investimentos estrangeiros e incentivaram a inovação, resultando em um rápido crescimento econômico e na transformação do país em uma das economias mais avançadas do mundo (Rodrik, 2003).

Outro exemplo é Singapura. Desde sua independência em 1965, o país seguiu um modelo de governança eficiente lutando contra a corrupção. Sob o comando de Lee Kuan Yew, Singapura criou instituições que favoreciam o ambiente dos negócios — com políticas claras e proteção rigorosa dos direitos de propriedade. Essas ações atraíram investimentos estrangeiros e tornaram Singapura um grande centro financeiro (Acemoglu; Robinson, 2012).

O conceito de *path dependence* é fundamental para entender como uma nação se desenvolve economicamente. Isso mostra que decisões passadas moldam as opções presentes e futuras. Políticas instáveis e crises políticas geram incerteza que ainda afeta negativamente o crescimento econômico (North, 1994).

Importante também lembrar que a qualidade das instituições influencia muito na implementação eficaz das políticas públicas. Melhorias na infraestrutura, educação e saúde muitas vezes enfrentam desafios por causa da má gestão e corrupção, resultando em desperdício de recursos (Rodrik, 2000). Boas instituições são essenciais para garantir que as políticas públicas funcionem bem e ajudem no crescimento econômico sustentável.

Assim, portanto, a relação entre fatores institucionais e desenvolvimento econômico é intrinsecamente complexa e interdependente. As instituições desempenham um papel crucial na promoção ou na restrição do desenvolvimento econômico.

### 2.3. CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

A trajetória histórica e econômica do Brasil entre a década de 1980 e o período marcado pela gestão do governo de Dilma Rousseff revela peculiaridades importantes, as quais nos ajuda a entender como as mudanças institucionais podem ter impactado no desenvolvimento econômico do país. Muitas mudanças políticas, econômicas e sociais marcaram esse período, no qual se considera o papel relevante exercido por fatores institucionais. Isso teve um efeito profundo na economia.

Entre 1974 e 1984, por exemplo, a economia brasileira enfrentou muitas dificuldades. O cenário internacional estava em efervescência diante de choques externos, como o aumento dos preços do petróleo e altas taxas de juros nos Estados Unidos (Gianbiadi; Villela; Castro; Hermann, 2011). Vale ressaltar que, na década de 1980, conhecida como a "década perdida", o Brasil viu a inflação explodir. Isso afetou diretamente o poder de compra das pessoas e trouxe incertezas econômicas. O crescimento do PIB durante o período mostrou-se extremamente baixos e o país teve que lidar com uma dívida externa exorbitante.

Furtado (2005) diz que as raízes desses problemas estão ligadas a uma economia que não conseguiu se modernizar como deveria. Ele comenta que é preciso encarar as causas do subdesenvolvimento e pensar numa estratégia de desenvolvimento que leve em conta a situação única da economia brasileira. Além disso, Furtado (2005) fala sobre a necessidade de mudar de um modelo focado na exportação de produtos primários para um que ajude na industrialização e diversificação da economia.

Com uma grande dependência associada às importações de petróleo e bens de capital, somada ao alto endividamento externo naquele tempo, o Brasil precisou adotar políticas de ajuste entre 1974 e 1984. A crise da dívida externa, piorada pela alta dos juros nos EUA, levou à implementação de políticas severas de austeridade fiscal. Essas decisões foram necessárias para estabilizar a economia do país, mas trouxeram consequências econômicas e sociais que perduraram por longo período, remoldando, assim, o perfil das instituições organizadas nacionalmente. Gerava-se, portanto, um ambiente de incertezas e desconfianças; fatores que

devem afetar, como já fora ressaltado, significativamente o desenvolvimento econômico de um país. Para Franco (2011), a partir de 1980, o Brasil passou por um período em baixa na economia. Estava se afastando do caminho trilhado pelos países desenvolvidos e também pelos subdesenvolvidos mais dinâmicos; aliás, condição que, segundo o autor, manteve, no mínimo até 2003.

A transição para a democracia em 1985 foi uma grande mudança com a nova constituição de 1988, que procurava restabelecer as estruturas políticas e econômicas do país, garantindo liberdades sociais, mas também trazendo algumas limitações fiscais para os futuros governos. A constituição afirmava amplas liberdades sociais, econômicas e políticas, mas também impunha um conjunto de restrições fiscais que representavam obstáculos para futuros governos.

Essa nova estrutura constitucional brasileira parecia trazer consigo boas intenções. Douglas North fala das instituições como "regras do jogo", que ajudam a criar estabilidade. Mas é preciso destacar que tais regras podem gerar desafios a longo prazo também.

Em 1994, o Plano Real foi um divisor de águas, sendo capaz de estabilizar a economia e controlar a hiperinflação – a chamada hiperinflação foi um dos maiores, senão o maior problema que o Brasil já havia enfrentado até então (Gianbiagi; Villela; Castro; Hermann, 2011). O plano real, liderado pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, foi fundamental para trazer a estabilidade econômica do país. O Plano também trouxe à sociedade uma unidade monetária: o real (BRL), que substituiu o cruzeiro real na época. Inicialmente, essa moeda estava atrelada ao dólar americano, ajudando muito no controle da inflação. Também foram feitas outras mudanças importantes: controle dos gastos públicos e reformas fiscais estavam na lista. Outra mudança importante foi o Banco Central, que ganhou autonomia para lidar com a emissão da moeda e taxa de juros.

Foram feitas várias ações para equilibrar as contas públicas — reduzindo déficits orçamentários e aumentando impostos. A abertura comercial bateu à porta chamando desconto nas tarifas impostas às importações e incentivando a concorrência interna.

Os resultados foram significativos, já que a inflação caiu para dígitos únicos. No entanto, alguns velhos problemas persistiam: a desigualdade social e a necessidade urgente em promover reformas estruturais necessárias ao crescimento e ao desenvolvimento do país. A estabilização fez bem para a sociedade, melhorando o poder aquisitivo da população e sinalizando para a diminuição da pobreza dos grupos que se encontravam antes à mercê da miséria.

Entretanto, o Plano Real passou por suas críticas – especialmente sobre possíveis mudanças estruturais mais profundas, além das questões envolvendo a dívida pública. Pontos que, no contexto da história econômica brasileira recente, contribuem para a elaboração das pautas a serem discutidas desde então.

Dito isto, ressalta-se que entre as reformas institucionais do período estão incluídas as privatizações e a liberalização econômica que não agradaram todo mundo. Aliás, as ideias de John R. Commons, organizadas nos parágrafos anteriores, podem nos ajudar a entender as disputas políticas que surgiram durante essas mudanças tão intensas.

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) procurou manter uma agenda reformista, a fim de garantir estabilidade econômica enquanto abria portas para o mercado global através da privatização das empresas estatais e fazendo com que muitos investidores estrangeiros passassem a olhar pro Brasil como um país de oportunidades para novos investimentos.

Quando Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder em 2003, começou uma nova fase na história do Brasil, marcada pela associação estabelecida entre políticas ortodoxas e programas sociais como o Bolsa Família – este, por sinal, ajudou muito na redução da pobreza e desigualdade social. O crescimento nos anos 2000 veio com um *boom* das *commodities* de exportação e que contribuiu para o crescimento do Brasil; aliás, um crescimento expressivo como um todo.

Todavia, a dependência revelada com base na comercialização – outro velho dilema vivido pela economia brasileira ao longo dos tempos – criou algumas vulnerabilidades na estrutura econômica do país. Na perspectiva de Veblen, isso nos faz refletir sobre como esses hábitos criados durante esse *boom* moldaram a economia brasileira, o que se torna algo desafiador à frente.

Durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), vários desafios apareceram: um cenário internacional não tão favorável, além das crises políticas, revelaram um cenário de grande incerteza. Com corrupção exposta pela Operação Lava Jato e o *impeachment* da então presidenta deflagrou as fragilidades das instituições brasileiras. Lembrando que a teoria proposta por Douglass North destaca que instituições estáveis são cruciais para o crescimento econômico saudável. Como dito em Lopes (2020), “o trabalho de Douglass North envolve principalmente desempenho econômico em relação às instituições”. Percebe-se assim que o período delimitado por esta pesquisa revela a ocorrência de instabilidades institucionais que afetaram negativamente, por exemplo, a confiança dos investidores, impactando, dessa forma, o desempenho econômico brasileiro de forma negativa.

Em conclusão, a trajetória histórica e econômica do Brasil desde os anos 1980 até Dilma Rousseff mostra claramente como mudanças institucionais estão vinculadas às questões econômicas complexas. Turbulências enfrentadas mostram quão importante é ter estruturas estáveis para um crescimento econômico sustentável no futuro.

Compreender bem estas dinâmicas institucionais associadas às boas políticas públicas pode ser fundamental para garantir que o Brasil possa alcançar um futuro próspero e inclusivo economicamente.

### **3. INSTABILIDADES REVELADAS, DESAFIOS IMPOSTOS AOS *POLICY MAKERS* E ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL ENTRE 2011-2016**

A recessão iniciada em 2014 pode ser considerada entre as mais profundas das crises brasileiras dos últimos tempos. Segundo Oreiro (2014, p.75), “a partir de 2011, observa-se uma desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira. Com efeito, no último trimestre de 2014, o crescimento do PIB real havia se reduzido para 2,63% na comparação com o último trimestre de 2010”.

Em um ato de tentar restabelecer a economia, o Governo Dilma lançou a “nova matriz econômica”, em que iria impulsionar a economia através de desonerações tributárias e redução da taxa básica de juros (SELIC). “Além da redução da taxa de juros, o governo diversificou o conjunto de instrumentos de política monetária e ampliou em larga escala a provisão de crédito, ao lançar mão dos bancos públicos” (Nader, 2018, p.594).

Em um primeiro momento, “a ‘nova matriz’ conseguiu produzir uma aceleração temporária do ritmo de crescimento econômico. [...] entre o terceiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2014, a economia brasileira consegue sustentar um ritmo anualizado de crescimento superior a 2,5%” (Oreiro, 2014, p. 76).

Outra contribuição para a ampliação dos efeitos recessivos, segundo Oreiro (2014, p.76),

Foi o comportamento da política fiscal. Segundo estudo publicado pela Secretaria de Política Econômica em maio de 2016 (SPE, 2016), a política fiscal no Brasil no período 2003-2015 foi, em geral, pró-cíclica; ou seja, adotou uma postura expansionista durante os períodos nos quais a economia crescia acima da sua tendência de longo prazo; e uma postura contracionista nos momentos em que a economia operava abaixo do potencial.

O governo brasileiro tentou consertar os problemas do país fazendo várias tentativas diferentes para fazer a economia crescer novamente, colocando em prática ações com base em uma política fiscal expansionista, subsídio de energia elétrica, corte da taxa de juros, etc. No entanto, ainda que os *policy makers* tivessem imposto tais medidas, os resultados que pudessem representar níveis satisfatórios em relação à recuperação e ao crescimento ainda estavam aquém do necessário à geração do desenvolvimento econômico positivamente estabelecido. Havia ainda, sobretudo, falta de concordância em torno das mudanças institucionalmente importantes, como a reforma tributária e os cortes de gastos reais.

Conforme Carleial (2015, p. 9), “o segundo governo Dilma decide implementar um corte nos gastos de 70 bilhões de reais, anunciando que essa seria a ‘senha’ para a retomada do crescimento num futuro próximo em condições mais sólidas, ou seja, mais confiáveis do ponto de vista do mercado”. Pelo que podemos perceber, está bem claro que essa abordagem tinha seus limites, devido a problemas políticos em andamento e à incapacidade de fazer com que todos concordassem com reformas mais significativas, gerando assim incertezas e debates calorosos cada vez mais cotidianos.

Investidores, incluindo aqueles de dentro e de fora do país, começaram a se afastar, pois o Brasil estava menos confiável economicamente aos olhos estrangeiros. Não era aparente no início, mas esse problema estava impedindo a economia do Brasil de crescer. Tudo parecia arriscado, faltava certeza e o cenário legal estava totalmente confuso. A incerteza política gerada pelos escândalos de corrupção deixou as instituições brasileiras fragilizadas, o que deflagrou um ambiente desfavorável e inseguro para prosperar economicamente. De uma forma geral, significava dizer que a economia do Brasil não crescia adequadamente em virtude das instabilidades políticas. As pessoas simplesmente pararam de confiar nas instituições brasileiras. Nesse sentido, Moisés (2005, p. 1) revela que: “ao mesmo tempo em que apoiam o regime democrático *per se*, os brasileiros revelam uma ampla e contínua desconfiança em suas instituições”.

A economia no Brasil não foi bem durante este período e os motivos mais significativos disso teve a ver com dois grandes problemas: o governo não mudou algumas regras importantes e as políticas, que são chamadas de reformas estruturais, não eram muito fortes com a política: essa falta de boas medidas para garantir que a economia pudesse crescer de forma saudável, além de não ter uma política estável, basicamente fez com que a situação financeira do país, que os especialistas chamam de Produto Interno Bruto (PIB), piorasse.

Como o governo estava um tanto travado e não conseguia fazer essas mudanças necessárias, tudo simplesmente se movia no mesmo padrão em um círculo ruim, o que

significava que a economia não crescia muito. Perpetuava-se assim um grande problema em que muitas empresas pararam de investir e criar novos empregos, porque estavam extremamente inseguras sobre a economia. Isso provocou aumento nas taxas de desemprego. As inconsistências políticas da época pioraram as condições de trabalho e arruinaram as relações e o desempenho do mercado de trabalho no período em questão.

Portanto, a falta de políticas estáveis arruinou o teor dos negócios, dificultando o investimento das pessoas e desacelerando o crescimento da economia. As regras (instituições) mudavam com frequência e as pessoas apresentavam desconfianças em torno das leis. Assim, os investidores mostravam-se receosos sobre as decisões de novos investimentos, enfraquecendo áreas-chave necessárias para a economia. Sobretudo, os problemas com as instituições impediam o país de crescer adequadamente, causando incertezas sobre o que poderia acontecer com a economia brasileira no futuro. O ponto culminante disso são os grandes desafios para a capacidade do Brasil de ganhar dinheiro e melhorar no longo prazo suas metas em prol do crescimento e desenvolvimento econômico nacional (Costa, 2016).

Para Costa (2016), a perspectiva futura para o Brasil dependia de lidar adequadamente com os problemas políticos em andamento e superar os grandes obstáculos que o governo havia de transpor frente às mudanças estruturais, minimizando os efeitos negativos sobre a economia provocado pelo sentimento de incerteza perante a visão investidores e outros esperam resultados em termos de prosperidade e riqueza. Dificultava-se, dessa forma, o retorno ao caminho para melhorar a performance econômica e social (Costa, 2016).

### 3.1. POLÍTICAS ECONÔMICAS DIRECIONADAS (2011-2016)

De 2011 a 2016, o governo brasileiro estava visivelmente focado em impulsionar a economia do país fazendo com que as pessoas consumissem mais. Houve cortes nos impostos e facilidades para obtenção de novos empréstimos. A ideia era aumentar a demanda interna e promover o crescimento econômico (Costa, 2017). Os resultados dessas mudanças foram mistos. Por um lado, o aumento do consumo ajudou a aquecer diversos setores da economia, gerando empregos e elevando a produção. No entanto, a ausência de investimentos em infraestrutura e capacidade produtiva resultou em pressões inflacionárias e desequilíbrios macroeconômicos (Araújo Júnior; Pires, 2020).

Para manter a inflação sob controle, o governo aumentou as taxas de juros (SELIC) para interromper o aumento dos preços e manter o valor da moeda nacional estável; porém, essa

mudança reduziu o crescimento da economia, já que o aumento da taxa de juros tornou os empréstimos mais caros, o que significava que as famílias não estavam gastando tanto e as empresas não estavam investindo como antes (Inoue, 2016).

O governo decidiu lidar com seus problemas financeiros cortando investimentos sociais e aumentando impostos, gerando debates sobre o descontentamento de boa parte da população (Lima, 2016). O nível de satisfação dos agentes econômicos diante das medidas econômicas decaiu, uma vez que os serviços públicos pioraram mesmo com o aumento nos valores cobrados pelos impostos. Essa situação - tentar consertar o orçamento, mas não focar o suficiente no crescimento da economia - causou, portanto, a insatisfação das pessoas e, conseqüentemente, a instabilidade política no país (Bittencourt; Mattos; Lima; 2016).

Uma das principais medidas econômicas adotadas pelo governo esteve relacionada à “Nova Matriz Econômica, que correspondia a um novo modelo de política macroeconômica ou, na prática, uma remodelação do chamado “tripé macroeconômico” (Nader, 2018).

O “novo tripé” centrava-se em taxas de juros mais baixas, uma taxa de câmbio competitiva e uma política fiscal “amigável” ao investimento, além da perspectiva de um PIB da ordem de 3,5%. Deve-se ressaltar que esta nova política não tinha por intuito substituir o tripé ortodoxo. O governo vislumbrava a possibilidade de ajustar os parâmetros macroeconômicos considerados imperfeitos a partir da pauta existente. De fato, tentou-se o tempo todo compatibilizar as novas diretrizes com o regime macroeconômico vigente (Nader, 2018, p. 561).

A conexão entre as políticas econômicas durante esse período e a instabilidade política do Brasil era clara; a crise dentro das instituições tornou difícil as tarefas do governo associadas às mudanças necessárias para alcançar um desenvolvimento sustentável. No entanto, diante das discordâncias entre políticos e seus pares, disseminando assim conflitos internos, as políticas econômicas escolhidas não funcionaram a contento — ou, pelo menos, não funcionaram como esperado. Segundo Capella (2016):

As causas do fracasso dessa política são múltiplas e não se devem necessariamente as razões apontadas pelos neoliberais. Cabe destacar os seguintes pontos: 1- cenário internacional adverso; 2- efeitos defasados das medidas restritivas adotadas no primeiro semestre de 2011; 3- deterioração das expectativas dos empresários; 4- dificuldade de o Estado deslanchar os investimentos no setor de infraestrutura para enfrentar os pontos de estrangulamento da economia; 5- juros altos; 6- câmbio apreciado; 7- crescimento lento da produtividade do trabalho e 8- baixo nível de investimento.

Quando chegou a hora de colocar essas políticas em ação, o governo teve dificuldades. Conseguir aprovar as reformas cruciais foi muito difícil, devido às resistências estabelecidas

por parte da sociedade e do Congresso Nacional - reformas que eram necessárias para consertar problemas orçamentários e melhorá-lo para investimentos privados. Quase inevitavelmente, viu-se que a falta de apoio político inibiu as ações que deveriam ser tomadas pelo governo.

Embora possa parecer incongruente, algumas pessoas apontaram que não havia um plano estratégico orientando a política econômica no momento; elas notaram a falta de uma perspectiva unida em relação aos desafios que a economia do Brasil estava enfrentando (Rossignoli; Castilho, 2019). As políticas econômicas que foram colocadas em ação não funcionaram totalmente quando se tratou de impulsionar nossa economia, criar mais empregos ou melhorar a distribuição de riqueza no Brasil. Embora tenhamos visto algum crescimento para nossa economia em certos momentos, as taxas de desemprego e a inflação permaneceram altas. As medidas tomadas pelo governo, portanto, não ajudaram a lidar com a fundação instável do país, mostrando, dessa forma, que o Brasil tem um longo caminho a percorrer em direção às mudanças institucionais mais profundas.

#### **4. UMA SÍNTESE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF EM SUAS DUAS ETAPAS**

Como fora observado, o governo de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016, promoveu eventos e políticas econômicas marcantes que alteraram os rumos da economia do Brasil. Um período importante, separado aqui em duas etapas, as quais contribuem para entender como a instabilidade nas instituições afetou o desenvolvimento econômico no país.

##### **4.1. PRIMEIRA ETAPA DO GOVERNO DILMA (2011-2014)**

O período de governo de Dilma Rousseff entre 2011 e 2014, foi marcado por enormes desafios. Ao chegar ao governo, a presidenta ainda haveria de lidar com os efeitos social e economicamente adversos provocados pela crise financeira mundial de 2008. Antes de deflagrada a respectiva crise, o Brasil havia apresentado um crescimento forte. Essa tendência começou a mostrar sinais de desaceleração a partir de 2011, evidenciando, por exemplo, condições externas fragilizadas; haja vista a queda dos preços das *commodities* e o início dos problemas em relação ao mercado externo.

Como já fora ressaltado, o plano em si era o de fazer a economia crescer, reduzindo os impostos e a taxa básica de juros (SELIC). Entre outras medidas, o governo ainda resolveu controlar as tarifas de energia elétrica, o que acabou trazendo problemas ao setor empresarial e

aumentando as dificuldades financeiras do setor produtivo nacional ao longo do tempo (Oreiro, 2017).

Outro ponto foi o foco em políticas sociais; o programa "Brasil Sem Miséria" tentava ajudar quem vivia em pobreza extrema. Essa ação fez parte de um esforço maior para aumentar o crédito e o consumo das famílias durante tempos bons, mas a inflação aumentou tanto que o Banco Central teve que voltar a aumentar a Taxa de juros Selic para tentar controlar os preços (Jannuzzi, 2016).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) também foi tema para debates importantes nessa primeira fase de governo. O programa buscava aumentar investimentos em infraestrutura e moradia. Teoricamente, isso melhoraria a qualidade de vida e ajudaria no crescimento e no desenvolvimento econômico. Contudo, como mencionou Jannuzzi (2016), "a rapidez, fragmentação setorial e disfunções operacionais na implantação atrapalharam a eficiência". Infelizmente, o programa apresentou dificuldades e atrasos em vários projetos. Isso limita bastante seu impacto positivo na economia e pressionou ainda mais o governo (Oreiro, 2017).

As finanças públicas mudaram bastante nesse período; o governo teve que adotar medidas para conter gastos e equilibrar as contas. Segundo Gentil (2017), "a taxa média de crescimento do investimento público caiu drasticamente, passando de 35,3% no segundo mandato do Lula para míseros 0,8% entre 2011 e 2014".

Houve também tentativas de implementar reformas sociais grandiosas. No entanto, essas medidas de austeridade acabaram afetando gravemente os direitos sociais e rendas dos trabalhadores. Gentil (2017) comenta que "o sistema de proteção social brasileiro foi se deteriorando devido às reformas trabalhistas", gerando maior descontentamento social e político.

A partir de 2014, tanto a crise política quanto a econômica pioraram muito, criando um ciclo vicioso que dificulta a tarefa de governar o país. Como resultado, observou-se a ampliação do ciclo recessivo e um forte retrocesso da intervenção estatal na esfera federal nos anos seguintes (Gentil, 2017). Essa turbulência resultou no *impeachment* da presidenta Dilma em 2016.

Portanto, marcado por altos e baixos, a primeira fase do governo Dilma Rousseff teve grandes dificuldades em tentar manter a economia durante uma crise massiva. As decisões tomadas afetam insatisfatoriamente não só a economia, mas também o conjunto de sistemas sociais no Brasil.

#### 4.1.2. SEGUNDA ETAPA DO GOVERNO DILMA (2015-2016)

A segunda fase do governo Dilma Rousseff foi entre 2015 e 2016. Nesse período, o Brasil enfrentou desafios econômicos e políticos não menos conflitantes do que aqueles enfrentados no período anterior. As condicionantes internas e externas atreladas à economia do país e à vida social dos brasileiros levaram fatores às ações implementadas pelo governo nesse período.

Esse tempo continuava sofrendo influências da grave crise econômica de 2008. Na prática, o desemprego aumentou junto a uma recessão profunda. Jannuzzi (2021) fala a respeito disso dizendo que "as baixas taxas de crescimento econômico traziam riscos ao progresso que tivemos nos últimos trinta anos".

O Brasil realmente passou por uma crise econômica muito séria em 2014, ficou claro que a economia começou a desacelerar: o PIB caiu em comparação ao ano anterior. No segundo trimestre, houve uma queda de -0,33%, piorando ainda mais com -0,58% no terceiro trimestre (Oreiro, 2017).

Um grande problema foi o colapso nos investimentos devido à redução nos lucros das empresas – especialmente as estatais. A equipe econômica achou que tudo isso era falta de demanda agregada e ignorou impactos globais da crise internacional (Oreiro, 2016).

A então denominada “matriz macroeconômica” passou a não funcionar adequadamente, permitindo a ocorrência de efeitos reversos, traduzidos em aumentos dos índices inflacionários (Oreiro, 2017).

Para enfrentar problemas econômicos e sociais no período, foram adotadas medidas austeras pelo governo, entre elas reduções em programas sociais e cortes nos investimentos públicos. Esse tipo de decisão gerou vários debates pelo país afora; especialmente entre aqueles mais vulneráveis. Oliveira e Paula (2014) ressaltam que a crise política se misturou com a econômica, criando um ciclo difícil.

O ajuste fiscal focado em cortar gastos públicos parecia ser o caminho certo até então, controlando gastos e aumentando receitas eram as soluções prometidas pelo governo. Acontece que tais medidas vieram acompanhadas por taxas altíssimas de juros. Singer (2015) destaca como "Dilma cedeu às pressões conservadoras abandonando suas tímidas tentativas".

Nesse segundo mandato, houve grandes complicações para a economia brasileira. O crescimento ficou em baixa: saindo de 0,1% em 2014, seguindo por duas retrações em 2015 e 2016 (IBGE). Ainda assim, falava-se sobre o controle nas metas da inflação enquanto as taxas

de juros subiam numa tentativa de tentar lidar com o cenário econômico recessivo desde abril de 2013. Nassif (2015) menciona que a política de Dilma adotada ainda a partir de agosto de 2011 não havia logrado reverter as tendências recessivas.

Durante o período do segundo mandato de Dilma Rousseff, surgiram ainda muitas manifestações populares e descontentamentos em geral associados às questões econômicas e políticas. Portanto, criaram-se as instabilidades institucionais que ampliaram as incertezas em termos econômicos, políticos e sociais; fatores que obviamente contribuíram para uma perda na confiança dos agentes econômicos internos e externos, dificultando ainda mais a recuperação do país, evidenciando, por conta disso, o aumento do desemprego, o represamento dos programas sociais e a interrupção dos processos que levariam à diminuição das desigualdades sociais no Brasil (Oreiro, 2017).

## **5. FATORES INSTITUCIONAIS E SEUS EFEITOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL ENTRE 2011 E 2016**

Como fora destacado, a economia institucional consolida-se como um campo de estudo essencial para entender a relação entre instituições e desenvolvimento econômico. Essa abordagem analisa como as regras formais e informais, as normas sociais e os valores culturais moldam as decisões e as ações dos indivíduos, empresas e governos, influenciando, por sua vez, o desempenho econômico de um país (North, 1990).

Durante os anos de 2011 a 2016, o Brasil passou por um período cheio de instabilidades, e isso afetou significativamente sua economia. De acordo com a teoria de Douglass North (1990), as instituições, que constituem as "regras do jogo" em uma sociedade, são fundamentais para garantir a previsibilidade e a segurança necessárias para o funcionamento eficiente dos mercados. Nesse sentido, com as mudanças constantes nas políticas econômicas brasileiras, surgiram incertezas sobre as instituições brasileiras no período. Segundo North (1990), instituições eficientes devem reduzir essas incertezas e promover um ambiente estável para o investimento.

A instabilidade política mexeu no sistema institucional brasileiro como um todo. Sem estabilidade, ficou difícil prever como seria o futuro econômico e social no Brasil, fazendo com que, tanto os níveis de investimento quanto o consumo das famílias, diminuíssem. Dessa forma, pode-se dizer que a falta de confiança gerou um ambiente não muito amigável para o crescimento econômico, contribuindo, assim, para a estagnação durante o período em questão (Rodrigues; Afonso; Paiva, 2017).

A respeito do desempenho do mercado externo, nota-se que a dependência em relação à comercialização dos *commodities* também apontou para um ponto frágil da economia brasileira, pois o país ficou sujeito às oscilações do mercado internacional. Exportando muitos produtos primários como soja, minério de ferro e petróleo, acabaria expondo o país à volatilidade dos preços desses produtos. Isso torna a economia propensa a encarar crises externas, como aquela que o mundo vivenciou em 2008, trazendo à tona os acontecimentos que podem ser explicados a partir da "dependência de trajetória" ou "*path dependence*" na visão de North (1990); em que as decisões e estruturas passadas podem restringir as futuras. Neste caso, pode-se argumentar que o Brasil acaba por se tornar refém de flutuações atreladas ao preço internacional dos produtos de exportáveis, como as *commodities*.

A burocracia excessiva e a complexidade tributária também são grandes barreiras para abrir e manter negócios no Brasil. Instituições fragilizadas e pouco confiáveis tornam os investimentos, por exemplo, menos atrativos. Isso desestimula o empreendedorismo e inibe o crescimento econômico. A carga tributária alta e a falta de transparência nos processos criam insegurança jurídica, aumentando os custos operacionais das empresas. Isso acaba comprometendo a competitividade no mercado interno (Costa, 2016).

Com todos esses problemas, o governo brasileiro tentou agir. Reformas estruturais foram feitas. Programas para estimular o crescimento foram lançados e medidas de ajuste fiscal também foram adotadas. Tudo isso em busca de recuperar a confiança dos investidores e dar novo impulso à economia. Os resultados, no entanto, foram pouco satisfatórios e a instabilidade persistiu (Machado; Lima, 2017). A taxa de desemprego voltou a aumentar, saltando de 8% em 2011 para 12% em 2016 (IBGE), o que pode ser explicado pela menor taxa de investimentos (Rocha, 2016).

No período, observava-se uma relação entre a instabilidade política e a inflação. As incertezas sobre as políticas do governo geraram pressão sobre os preços saindo de 6% em 2011 para uma inflação de 10,67% em 2015 (IBGE). Sem a estabilidade institucional foi desafiador controlar os índices inflacionários (Zorzal, 2016). No cenário global, essa falta de estabilidade também acabou prejudicando a imagem do Brasil perante o mercado internacional. As crises políticas e econômicas minaram a confiança dos investidores internacionais (Machado; Lima, 2017). Dessa forma, grandes somas de capitais migraram para outros centros financeiros e o Brasil perdeu boa parte de sua reputação como um lugar seguro para investir. Isso fez com que menos recursos chegassem ao país e as relações comerciais com outros lugares se enfraquecessem (Cacciamali; Tatei, 2016).

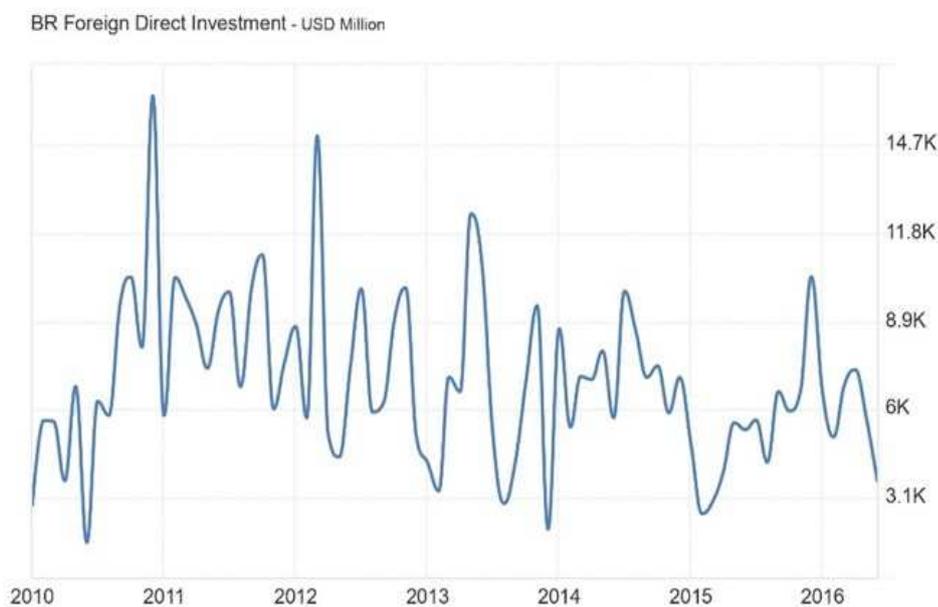
Assim sendo, julga-se ser importante que o Brasil implemente medidas para tornar suas instituições democráticas mais fortes e crie um ambiente propício aos negócios. Promover transparência é fundamental. A governança corporativa e o respeito às leis ajudam muito nesse processo. Também são necessárias reformas estruturais para fomentar um crescimento econômico sustentável e evitar novas crises políticas (Inoue, 2016).

### 5.1. EFEITOS DA INSTABILIDADE INSTITUCIONAL SOBRE O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL

Segundo North (1994), a instabilidade institucional, caracterizada por frequentes mudanças legislativas, incertezas jurídicas e uma alta percepção de corrupção, aumenta os custos de transação e desincentiva investimentos de longo prazo.

Entre 2011 e 2016, as instabilidades institucionais no Brasil geraram quedas significativas no investimento estrangeiro no país, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Investimento estrangeiro no Brasil (USD)



Source: tradingeconomics.com | Banco Central do Brasil

Como mostra o gráfico, os maiores picos de investimentos externos foram de 2011-2013, aonde os valores chegaram próximo a \$15 bilhões de dólares, configurando assim em uma maior confiança externa. Já no final de 2014 e no ano de 2015 os números mudaram de

patamar, tendo uma grande queda, chegando a valores próximos a \$3 bilhões de dólares, tendo uma queda de aproximadamente 80% em uma margem de 5 anos.

Coincidentemente, essa queda de investimentos veio em um momento delicado das instituições brasileiras, insegurança política e econômica somada a vários escândalos de corrupção generalizada trouxeram um cenário de pouca confiabilidade aos investidores externos, tendo como cereja do bolo o *impeachment* da então presidente Dilma em 2016. Dessa forma, a falta de clareza nas relações comerciais preventivamente afastou muitos dos investidores (Ferreira, Salles, 2016).

Por outro lado, o mundo vinha apresentando os resquícios da recessão global de 2008, momento em que os países estavam tentando recuperar e reaquecer seu mercado interno. Segundo Caleial (2015, p. 6)

O governo Dilma desde 2011 sofre as consequências da mudança do cenário internacional, marcado pela redução do crescimento dos países emergentes, notadamente China e Índia, a crise do euro e a frágil recuperação americana. Adicionalmente, o consumo das famílias também desacelera nesse ano. A continuidade das ações anticíclicas revela que houve uma subestimação dos seus efeitos sobre o quadro fiscal brasileiro, bem como sobre as contas externas brasileiras.

Se levarmos em consideração dados concretos sobre o investimento interno no Brasil, a situação fica ainda pior. Segundo o *site* FGV (2019),

O Brasil apresentou uma taxa de investimentos média durante o período 2010-2014 de 20,5% do PIB. Porém, com a recessão que se iniciou no segundo trimestre de 2014 e foi até o fim de 2016, a taxa de investimento desabou, sendo de 15,5% no 1T19, portanto 5 p.p. menor que a média do período 2010-2014. Foram quatro anos (2014-2017) de queda real dos investimentos.

Nada parecia estar a favor do governo brasileiro diante da missão de crescer com sustentabilidade. Enquanto o mundo buscava se recuperar economicamente, fatores internos faziam com que o Brasil andasse a passos lentos rumo a seu processo de reaquecimento econômico. Entre os principais fatores internos, incluem-se os escândalos políticos como o da Petrobras, a Operação Lava Jato e uma recessão que se perpetuava junto a uma inflação alta (Costa, 2016).

Enquanto a segurança jurídica foi afetada porque contratos não estavam sendo respeitados, havendo intervenções desnecessárias do Estado, a burocracia só aumentava, dificultando a realização dos investimentos (Costa, 2016).

Os impactos da instabilidade variaram entre os setores da nossa economia. O agronegócio conseguiu se manter competitivo apesar das dificuldades políticas e econômicas

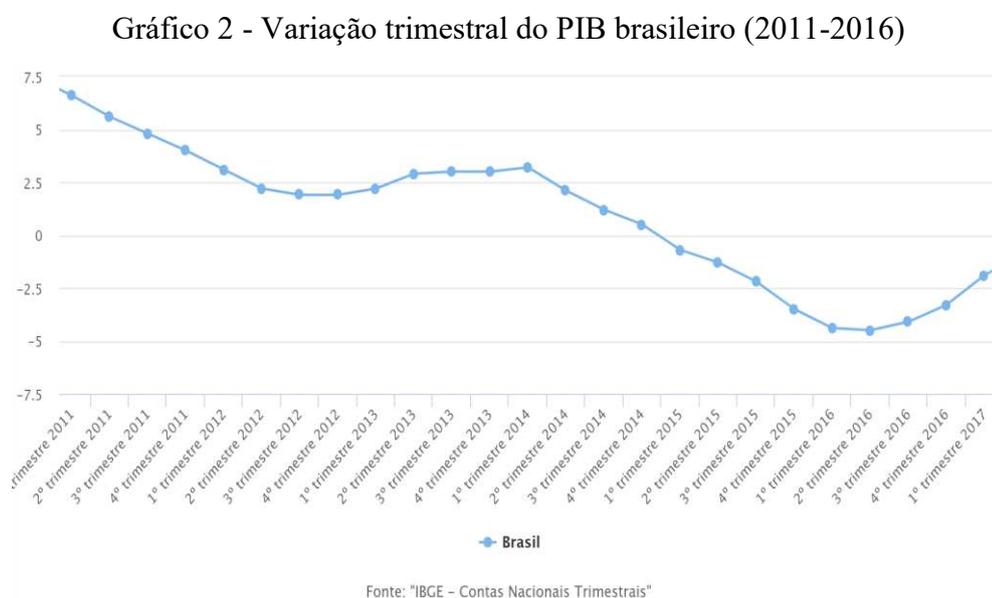
nos últimos tempos. Já a indústria e os serviços tiveram muito mais desafios para atrair investimentos estrangeiros. Problemas na infraestrutura e barreiras regulatórias complicaram bastante os setores no agregado (Singer, 2018). Tensões políticas misturadas às incertezas globais continuaram impactando os fluxos de investimento no Brasil (Moura; Souza, 2016).

Até aqui foi possível notar que, ao fortalecer as instituições democraticamente estabelecidas, é possível garantir a segurança jurídica aos investidores internacionais. Ademais, promover a transparência nas relações comerciais pode trazer grandes benefícios em torno da concretização de negócios entre nações. Simplificar processos regulatórios também ajuda na promoção do crescimento sustentável (Moura; Bezerra, 2016).

## 5.2. EFEITOS DA INSTABILIDADE INSTITUCIONAL SOBRE O CRESCIMENTO DO PIB BRASILEIRO

Devido à instabilidade política e econômica, a “recessão que o país passou foi muito forte, possivelmente a pior década de crescimento econômico dos últimos 120 anos. Nos últimos quatro anos, o PIB brasileiro recuou, em média, 1,2% ao ano” (FGV, 2019).

O gráfico abaixo mostra a oscilação do PIB brasileiro (2011-2016).



De 2011 a 2013, o Brasil experimentou um crescimento moderado, mas com sinais de desaceleração. Entretanto, a partir do segundo mandato de Dilma, o país entrou em uma crise

econômica, agravada em 2015 e 2016, com retrações significativas do PIB, refletindo a instabilidade institucional e os problemas estruturais da economia.

Pianca, Cruz e Teixeira (2016) deixaram claro que a situação instável do país prejudicou a confiança das pessoas, especialmente as envolvidas em questões financeiras. Com a incerteza política e econômica, as pessoas ficaram extremamente cautelosas e acabaram comprando - e fabricando - menos itens, o que levou a um desaquecimento do mercado. Podemos considerar como certo que o fato de todos estarem cautelosos devido ao ambiente inseguro causou parcialmente uma queda na oferta e demanda de bens e serviços.

A instabilidade política devido aos escândalos da Lava Jato e a corrupção do país tornou difícil a implementação de boas políticas públicas para impulsionar o crescimento econômico. Ou seja, diante das instabilidades das instituições, o Brasil tinha dificuldade em pôr em prática formas fortes e duradouras de fazer a sua economia avançar, o que criava um ambiente de ineficiência e incerteza jurídica, um dos principais fatores era a alta taxa de juros (SELIC). Ainda assim:

Em setembro de 2011, o BC iniciou um ciclo de redução das taxas de juros, mas a estagnação do PIB prosseguiu por quatro trimestres, recuperando-se apenas no último semestre de 2012. A reversão da austeridade fiscal em 2012, de fato, foi tímida e sem comunicação adequada de seus objetivos. O investimento público, por exemplo, não compensou a queda de 13,4% em 2011 e aumentou 3,7% em 2012, voltando a cair 6,1% em 2013 (Bastos, 2017, p. 20).

Portanto, o crescimento da economia de forma estável foi realmente limitado durante o período analisado; a culminação concreta disso foi que o Brasil teve dificuldade em iniciar um crescimento econômico sustentável (Bittencourt; Mattos; Lima; 2016).

O país parecia, neste contexto, pouco atrativo para novos investimentos, abriam-se assim os espaços para a destruição da capacidade do próprio governo em fazer com que o país alcançasse níveis satisfatórios de crescimento e desenvolvimento econômico. Durante o período em pauta, a descrença nas formas institucionais fez com que a taxa de desemprego aumentasse, assim, agravando ainda mais as diferenças em termos sociais no país. Como as pessoas eram envolvidas por um cenário de incertezas, quanto ao poder de compra dos salários, revisaram suas próprias decisões sobre consumo, levando, inclusive, a um redirecionamento de seus ativos financeiros para a aquisição de outros ativos de capital fora do país.

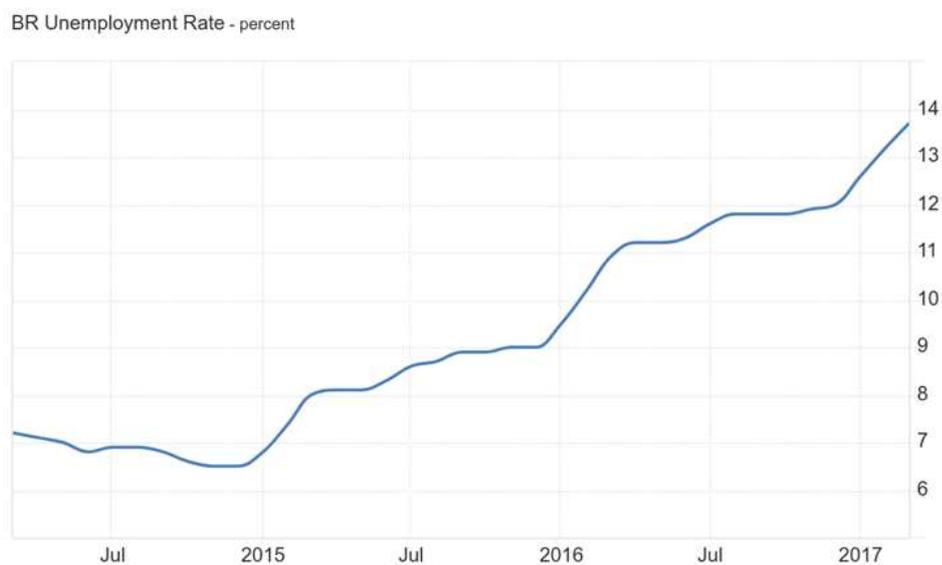
No caso do Brasil, as estabilidades em níveis de gestão governamental e econômica são muito importantes para definir o crescimento e o desenvolvimento econômico. O principal plano de ação é continuar trabalhando para tornar o cenário político e econômico mais estável,

combatendo, portanto, as instabilidades políticas e escândalos de corrupção, criando um ambiente de confiança e previsibilidade, jogando, dessa forma, as “regras do jogo” – institucionalmente falando. Sobretudo, afirma-se assim que a falta de instituições eficientes que garantam direitos de propriedade, cumprimento de contratos e transparência nas decisões governamentais é um obstáculo significativo para o desenvolvimento econômico de um país (Acemoglu; Robinson, 2012).

### 5.3. RELAÇÃO ENTRE INSTABILIDADE INSTITUCIONAL E DESEMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Durante os anos de 2011 a 2016, o Brasil apresentou elevadas taxas de desemprego. A partir das crises instauradas em 2015, com vários escândalos de corrupção, inflação elevada, e a confiabilidade das instituições em baixa, tínhamos a seguinte situação:

Gráfico 3 – Taxa de desemprego do Brasil (2015-2017)



Source: tradingeconomics.com | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ficando estável até 2015, a taxa de desemprego não parou de subir, chegando a bater quase 14% em 2017, tendo ainda resquícios de uma recessão devastadora, atingindo os maiores níveis da história recente do Brasil,

O aumento da taxa de desemprego não foi aleatório, já que os principais indicadores econômicos apontavam, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB), que demonstra quanto o país apresenta em termos de riqueza, apresentou quedas significativas.

Além disso, com a inflação em alta, o dinheiro perdeu o valor mais rapidamente e a quantidade de moeda estrangeira teve um rápido aumento em relação ao Real.

Por meio de políticas de incentivo à demanda e ao investimento, o governo do Brasil procurou evitar que a taxa de desemprego se agravasse; entre elas, estavam as políticas fiscais e monetárias expansionistas a fim de reaquecer o mercado. Para Cardoso, Aragão e Jaenisch (2017), apesar dos esforços, verificou-se que a falta de acordo entre os legisladores fez com que não se conseguisse promover, a contento, mudanças que pudessem fazer a economia crescer rapidamente, tornando as medidas tomadas insuficientes para todos os setores da economia.

O aumento do desemprego, causado pela confusão entre as regras apresentadas no contexto das políticas direcionadas ao reaquecimento da economia brasileira, promoveu descontentamentos e inseguranças por parte dos agentes econômicos, culminando assim em uma retomada no crescimento dos índices de pobreza no país. Para Tatagiba e Galvão (2019), não foram apenas os problemas relacionados à falta de renda que atrapalharam as famílias brasileiras, mas também as poucas oportunidades de melhorar a qualidade de vida da população envolvida em um cenário de crise.

O desempenho de uma economia pode melhorar lentamente ou permanecer inalterado, em virtude das decisões políticas e econômicas que o governo, por meio das instituições fortes, decidir tomar nos próximos anos. Ou seja, a recuperação da economia não passa apenas pela superação dos problemas políticos, mas também por grandes mudanças institucionais para criar um espaço melhor para as empresas e para o mercado de trabalho. (Batista; Rocha; Santos, 2020).

O Brasil precisa de instituições que realmente sejam confiáveis, funcionando para ajudar a resolver instabilidades internas de todo gênero. Ter um governo promovendo instituições consistentes deverá, inclusive, atrair recursos oriundos do exterior, necessários à movimentação do mercado de trabalho interno e, portanto, em termos gerais, da economia nacional.

#### 5.4. CONSEQUÊNCIAS DA INSTABILIDADE INSTITUCIONAL SOBRE A INFLAÇÃO

Entre 2011 e 2016, os eventos marcados por uma economia em crise estavam diretamente ligados ao aumento da inflação e vistos como resultados originados por políticas econômicas desorganizadas e imprecisas. Tatagiba e Galvão (2019), por exemplo, mencionam que a ausência de um planejamento sólido e de medidas claras para controlar o aumento dos preços alterou o poder de compra da moeda e tornou a economia do país instável.

Entre 2011 e 2016, a inflação no Brasil apresentou um comportamento ascendente, refletindo a combinação de fatores internos e externos que pressionaram os preços. O gráfico abaixo apresenta a variação da inflação brasileira (2011-2016).

Gráfico 4 – Variação da inflação brasileira (2011-2016)



Em 2011, a inflação fechou em 6,50%, no limite superior da meta, impulsionada pelo crescimento do consumo e pela alta nos preços de alimentos e serviços. Durante os anos seguintes, o IPCA manteve-se elevado, alcançando 5,84% em 2012 e 5,91% em 2013.

A partir de 2014, a inflação começou a se intensificar, fechando o ano em 6,41%. Em 2015, os reajustes nos preços administrados, como energia elétrica (que subiu mais de 50% em algumas regiões) e combustíveis, além da forte desvalorização do real frente ao dólar, fizeram o IPCA disparar para 10,67%, o maior índice desde 2002 (IBGE).

Além disso, crises políticas surgiam constantemente – como fora mencionado anteriormente – escândalos de corrupção e má administração das estatais, foram mais do que suficientes para que gestores encarregados das finanças e das complexas tarefas econômicas fossem constantemente substituídos.

Como é de se esperar, deflagrou-se uma incerteza generalizada sobre o futuro político e financeiro. Por causa disso, aqueles que lidam com questões monetárias perderam a confiança, sendo extremamente difícil implementar qualquer medida realmente eficaz para conter a alta dos preços (Formiga; Barros; Cezário, 2019). Mudanças constantes na liderança econômica e conflitos políticos intermináveis dificultavam a solução de problemas financeiros importantes. Como consequência, investidores e empresários não se sentiram confiantes devido a um cenário político e jurídico instável, oriundo de instituições desorganizadas. Isso prejudica gravemente o ambiente de negócios, gerando dúvidas, as quais ampliaram-se perante uma instabilidade jurídica, já que as regras em torno, principalmente, do mundo dos negócios, estavam em constante mudança.

Assim tais instabilidades alterariam a maneira como as empresas planejam o futuro, fazendo com que suas gestões levantam sérias dúvidas na hora de investir internamente em novos projetos. Inibia-se, dessa forma, o crescimento econômico e, tendo ainda à frente, a missão de combater a alta do nível geral de preços. De fato, não se pode negar que a falta de um plano claro e duradouro para combater a inflação resultou em soluções menores e ineficazes. Sem uma abordagem consistente nas políticas públicas, definitivamente impediram-se ações sólidas para conter o aumento dos preços (Cardoso; Aragão; Jaenisch, 2017).

Rodrigues, Afonso, Paiva (2017) ainda ressaltam que, quando os governos apresentam instabilidades e indecisões em torno de sua governabilidade, as pessoas começam a se preocupar se o país realmente conseguirá pagar suas dívidas; uma dúvida que acaba fazendo com que as taxas de inflação disparem e a própria condição financeira do governo piore. Isso ficou evidente em crises políticas que mexeram com a manutenção de um alto nível de gastos públicos e com a quantidade de dívida do Brasil.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como seu principal objetivo estudar e analisar a relação entre a instabilidade institucional e o desenvolvimento econômico brasileira, buscando responder como a instabilidade institucional impactou o desenvolvimento econômico do Brasil (2011-2016). Para tanto, foram revisitados alguns dos principais eventos políticos e as principais

políticas econômicas adotadas no período em questão. Com base nas teorias de Douglas North, possivelmente o mais importante propagador do pensamento neoinstitucionalista, foi possível perceber que coma a fragilidade atribuída a consolidação das instituições brasileiras teve papel fundamental na recessão econômica que o país enfrentou ao longo do período estudado.

Concluiu-se que a uma forte relação direta entre crises políticas e instituições enfraquecidas com o desenvolvimento econômico, tendo em vista os indicadores macroeconômicos no período, cujos resultados foram agravados pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e na relevância atribuída pela sociedade diante das notícias sobre escândalos de corrupção. Fatores estes que acabaram gerando impactos negativos em relação aos investimentos externos, por exemplo. Nesse caso, outros países observavam as oportunidades de negócios com o Brasil diante de certa desconfiança. Ademais, a falta de medidas consistentes em prol do bom desempenho econômico a partir das decisões das políticas fiscal e monetária, levaram à retrações do mercado financeiro e a perpetuação da boa governança pública.

Dessa forma, podemos entender a importância da teoria de Douglass North (1990) sobre os conceitos de instituições fortes e confiáveis, mencionando-as como sendo pilares para o desenvolvimento econômico de qualquer país. Deve-se, portanto, olhar para políticas voltadas a fortalecer a confiança de maneira gerar boas instituições, evitando-se assim conflitos e instabilidades em relação aos resultados econômicos e sociais.

Entre as limitações deste estudo, é importante reconhecer que a análise se concentrou em um período específico, o que pode não capturar a totalidade das dinâmicas institucionais e econômicas que afetam o Brasil.

A análise de dados obtidos evidenciou uma clara correlação entre a instabilidade e os declínios de dados econômicos. No momento em que políticas adotadas não funcionaram como o esperado, conflitos políticos e escândalos de corrupção vieram à tona, foram os momentos em que houve maior turbulência em relação ao mercado financeiro e ao câmbio, corroborando assim com as conclusões propostas por Acemoglu e Robinson (2012), que dizem que instituições políticas fracas ou abaladas prejudicam o desenvolvimento econômico, fazendo com que leis não passem ou não sejam aprovadas em tempo hábil, para uma medida mais rápida, minando assim a confiabilidade política e institucional.

Entre as causas da instabilidade institucional estudada observou-se: os escândalos envolvendo altos funcionários do governo e empresários brasileiros, a polarização ideológica e a fragmentação partidária. Ressalta-se ainda a inadequação de medidas institucionais a fim de resolverem os problemas estruturais associados à economia do Brasil, não mudaram o cenário

de recessão do período. A falta de uma governança eficaz fez com que a confiança dos investidores diminuísse, acabou prejudicando o crescimento econômico do país (Neves, Martins, 2016).

Não bastando os graves problemas macroeconômicos, em 2014 aconteceu umas das maiores operações policiais do Brasil, a operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014 pela Polícia Federal do Brasil. A operação desvendou um vasto esquema de corrupção envolvendo políticos, executivos de empresas e empreiteiras, resultando em numerosas prisões, condenações e mudanças significativas no cenário político e econômico do Brasil (G1, 2017).

Frente a essa situação difícil, o governo brasileiro tentou criar medidas para contornar a instabilidade e fomentar o desenvolvimento econômico. Algumas das iniciativas incluíram reformas estruturais nas áreas fiscal, trabalhista e previdenciária. Também houve programas para incentivar o investimento privado e ajudar o crescimento a voltar à ativa. Mas essas ações nem sempre deram resultado diante da gravidade dos problemas enfrentados (Zorzal, 2016). A ligação entre instabilidade institucional e a queda do PIB em 2015 e 2016 foi clara. Diversos indicadores econômicos ficaram negativos por causa da crise. O baixo crescimento econômico, aumento do desemprego, inflação alta e deterioração das contas públicas foram exemplos diretos das dificuldades econômicas vivenciadas pela sociedade brasileira no período. A recessão ocorrida mostrou que era urgente superar obstáculos institucionais a fim de se criar um espaço mais favorável ao desenvolvimento sustentável (Cacciamali e Tatei, 2016). Fortalecer as instituições democráticas é vital e combater a corrupção e promover reformas estruturais seriam passos fundamentais em direção à criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável da economia. Segundo Sallum Jr., Goulart (2016) as mudanças políticas deveriam ser uma chance nova de superar as fragilidades que vinham atrapalhado o potencial de crescimento do Brasil.

Estando de acordo com as teses de Douglass North (1990), entendeu-se aqui que as instituições são como as regras do jogo em uma sociedade, uma instituição forte e confiável ajuda a moldar um comportamento econômico forte e robusto. Isso ajuda a minimizar os efeitos da instabilidade, o que seria ótimo para o desenvolvimento econômico.

Concordou-se também com Vilela, Grossi, Carvalho (2018) onde, segundo os autores, uma política estável e uma segurança jurídica atraem investimentos e apoio ao crescimento econômico. Instituições democráticas fortes são fundamentais. Elas protegem os direitos pessoais, garantem a separação de poderes e fazem com que os governantes sejam responsabilizados pela sociedade. (Vilela, Grossi, Carvalho, 2018).

A promoção da transparência e da prestação de contas nas instituições públicas também é importante dentro da teoria de North, ele enfatiza que as instituições, formais ou informais, desempenham um papel central na redução da incerteza e no incentivo à cooperação entre os agentes econômicos. Essa transparência permite que os cidadãos acompanhem as decisões dos líderes, exigindo que eles respondam por eventuais erros ou abusos de poder. Da mesma forma, faz os agentes públicos explicarem suas ações à sociedade, assim, fortalecendo a confiança nas instituições e impedindo a corrupção (Machado, Lima, 2017).

Implementar políticas para combater a corrupção é uma boa estratégia, assim, podemos reduzir os problemas que vêm da instabilidade na economia. Segundo North (1990) a corrupção prejudica a credibilidade das instituições, afeta a eficiência do Estado e bagunça as regras do jogo econômico. Isso atrapalha o ambiente de negócios e afasta investidores. Medidas firmes contra a corrupção são essenciais para restaurar a confiança dos agentes econômicos no sistema político e promover um espaço mais favorável ao crescimento econômico (Baquero; González, 2016).

Garantir a independência do Poder Judiciário também é essencial, isso ajuda a cumprir leis sem interferências políticas que possam prejudicar o ambiente de negócios. Um sistema judicial imparcial é vital para proteger os direitos individuais e garantir contratos respeitados. Um Judiciário independente traz segurança jurídica aos investidores e diminui riscos relacionados à instabilidade (Pianca, Cruz, Teixeira, 2016).

Fomentar debates públicos e incentivar a participação cidadã nas decisões políticas são passos fundamentais para fortalecer nossa democracia. Quando a sociedade civil participa ativamente desse processo decisório, há mais representação política e diversidade no debate público. Isso aumenta a legitimidade das políticas adotadas pelo Estado. O debate público estimula o pluralismo ideológico e promove um exercício crítico da cidadania — tudo isso fortalece valores democráticos essenciais para um desenvolvimento econômico sustentável no longo prazo (Moura, Souza, 2016).

Dessa forma, acredita-se que este estudo tenha contribuído para a compreensão acerca dos efeitos da instabilidade institucional sobre o desenvolvimento econômico no Brasil entre 2011 e 2016. Ao oferecer evidências de que uma maior instabilidade institucional é capaz de gerar crises e desconfiar quanto ao futuro de uma nação, este trabalho fornece argumentos que podem auxiliar na elaboração de outros estudos voltados ao caso brasileiro em períodos distintos e até estudos correlatos associados a outras regiões do globo, incentivando assim a criação de debates sobre as estratégias mais eficazes para promover o crescimento sustentável em contextos marcados por instabilidades institucionais.

Em suma, o presente trabalho contribui para um melhor entendimento entre instabilidades institucionais e o desenvolvimento econômico, mostrando a necessidade de serem consolidadas dentro de qualquer país instituições fortes, sólidas e confiáveis. Para o Brasil voltar a ter um crescimento constante e duradouro é preciso que as “regras do jogo” sejam claras, ou seja, consolidando instituições fortes, sólidas e confiáveis.

## 7. REFERÊNCIAS

A CRISE de 2008 resultou em desindustrialização e crise fiscal no Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/crise-de-2008-resultou-em-desindustrializacao-e-crise-fiscal-no-brasil>>. Acesso em: 8 maio. 2024.

ACEMOGLU, D., & Robinson, J. A. (2012). **Por que as Nações Falham: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza**. Crown Negócios.

AMORIM NETO, O.; RODRIGUEZ, J. C. C. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 1003–1027, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/64713>. Acesso em: 1 ago. 2024.

ARAUJO JR, A. F. de; PIRES, T. S. A vantagem do incumbente nas eleições municipais e estaduais brasileiras: um estudo de 2000 a 2018. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 71, n. 1, 2020. DOI: 10.21874/rsp.v71i1.3992. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3992>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ARBIX, Glauco Antonio Truzzi et al. Avanços, equívocos e instabilidade das políticas de inovação no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, v. set./no 2017, p. 9-27, 2017. Tradução. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700030002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/kMx6rwTKCTTWNK9rFBgkQPv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BALASSIANO, Marcel; TRECE, Juliana. **Taxa de investimentos no Brasil**: Menor nível dos últimos 50 anos. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/taxa-de-investimentos-no-brasil-menor-nivel-dos-ultimos-50-anos>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/355/noticia&gt>. Acesso em: 05 set. 2024.

BAQUERO, M.; GONZÁLEZ, R. S. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, 22(3), 492–523. <https://doi.org/10.1590/1807-01912016223492>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BARROS, R. P. DE; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, n. 42, p. 123–142, 2000.

BASTOS, P. P. Z. (2017). Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, 21(2). <https://doi.org/10.1590/198055272129>. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/rec/article/view/22050>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BATISTA, M.; ROCHA, V.; SANTOS, JLA. Transparência, corrupção e má gestão: uma análise dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, 2020. Disponível em: &lt;<https://www.scielo.br/j/rap/a/SrM6ZBpBk8czChjtDZ9ZGr/?lang=pt&amp;format=html&gt>;

BITTENCOURT, Geraldo Moreira; MATTOS, Leonardo Bornacki de; LIMA, João Eustáquio de. Heterogeneidade institucional e o ingresso de investimento direto estrangeiro na economia

brasileira. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, São Paulo, Brasil, v. 46, n. 2, p. 281–310, 2016. DOI: 10.1590/0101-416146211glj. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/90465>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BORGES, F. Q.; BORGES, F. Q. TEORIA INSTITUCIONAL: uma contribuição para a gestão pública do desenvolvimento. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2021. DOI: 10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a759. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/759>. Acesso em: 1 out. 2024.

CACCIAMALI, MC; TATEI, F. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 159-174, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BcVdWSchL8f4MNphn36sDCD/?format=html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CAPELLA, A. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. **Cadernos Ebape**. BR, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/37qLWD45Dq4pJN6wppfp69hC/?lang=pt>; 23 abr. 2024.

CRISE DE 2008: **o que foi, causas, consequências e mais!** Disponível em: <https://blog.stoodi.com.br/blog/historia/crise-de-2008/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. C.; BRESSER-PEREIRA, L. C. Política monetária no Brasil em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 42, n. 1, p. 150–171, 2022.

FILÁRTIGA, Gabriel Braga. Custos de transação, instituições e desempenho econômico. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 14, N. 28, P. 121-144, dez. 2007. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13995/2/RB%2028%20Custos%20de%20Transa%C3%A7%C3%A3o%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20e%20a%20Cultura%20da%20Informalidade%20no%20Brasil\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13995/2/RB%2028%20Custos%20de%20Transa%C3%A7%C3%A3o%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20e%20a%20Cultura%20da%20Informalidade%20no%20Brasil_P_BD.pdf). Acesso em: 15 jun. 2024.

GENTIL, D., & HERMANN, J. (2017). A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. **Economia e Sociedade**, 26(3), 793–816. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n3art9>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/hTt6P75FcexwCBJGnr3VLF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GENTIL, Denise Lobato. Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 46, p. 1-22, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/277>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HODGSON, Geoffrey. (2006). What Are Institutions?. **Journal of Economic Issues**. XL. 1-25.

INDICADORES, Disponível em: <https://tradingeconomics.com/countries>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLIADO. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38391>. Acesso em: 10 jun. 2024.

INFLAÇÃO oficial fecha 2016 em 6,29%, diz IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/inflacao-oficial-fecha-2016-em-629-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2024.

INOUE, Carlos Frederico Kiyoshi Vasconcelos. **Capitalismo de Estado no Brasil**: uma análise das participações minoritárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

entre 1995 e 2009. Dissertação. Mestrado Profissional em Administração. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Giovanetti Lazzarini – São Paulo: Insper, 2011.

IVO, Gabriel de Andrade; CRUZ, Diogo Batista de Freitas; CHINELATO, Flavia Braga; ZIVIANI, Fabrício. A expansão do crédito no Brasil: uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico. **Gestão & Regionalidade**, [S. l.], v. 32, n. 95, 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino; SOUSA, Marconi Fernandes de. Desigualdade e mudança social no Brasil de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano Brasil Sem Miséria e da Estratégia Brasileira de Desenvolvimento Inclusivo. ([s.d.]). In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. – N. 25 (2016). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino; SOUSA, Maria Fernanda. Pobreza, desigualdade e mudança social no Brasil de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano Brasil sem miséria e da estratégia brasileira de desenvolvimento inclusivo. Brasília: **Cadernos de estudos de desenvolvimento social em debate**. Brasília: 2016.

LANÇADO HÁ 20 ANOS, PLANO REAL ACABOU COM A HIPERINFLAÇÃO - TV Câmara. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/tv/437249-lancado-ha-20-anos-plano-real-acabou-com-a-hiperinflacao/>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

LAVA-JATO: **Veja os empresários que foram alvos da operação**. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/03/06/lava-jato-empresarios-alvos-operacao.ghtml>>. Acesso em: 8 mai. 2024.

LOPES, H. C. L. Os limites das ações econômicas do Governo frente à pandemia do novo coronavírus: uma avaliação institucionalista da crise econômica atual. **Revista Econômica**, v. 22, n. 1, 2020.

MACHADO, CV; LIMA, LD. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. **Cadernos de Saúde Pública**, 2017. Disponível em: &lt; <https://www.scielosp.org/pdf/csp/v33s2/1678-4464-csp-33-s2-e00129616.pdf>&gt;.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3574>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MOODLE USP: e-Disciplinas. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824329/mod\\_resource/content/1/GIANBIAGI%20ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%82NEA](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824329/mod_resource/content/1/GIANBIAGI%20ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%82NEA)>. Acesso em: 9 jun. 2024.

MOURA, A. L. N.; SOUZA, B. C. **Gestão estratégica de pessoas na administração indireta do setor público federal: na prática, ainda um discurso**. 2016. Disponível em: &lt; <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2936>&gt;

MOURA, A. S.; BEZERRA, M. C. **Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil**. 2016. Disponível em: &lt; <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9267/1/Governan%C3%A7a%20e%20sustentabilidde.pdf>&gt;

NADER, G. A economia política da política monetária no Primeiro Governo Dilma: uma análise

sobre taxa de juros, convenção e rentismo no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 547–575, ago. 2018.

NORTH, D. C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

ORAIR, R. **Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal**. 2016. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/146651/1/865457034.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 89, p. 75–88, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132419>. Acesso em: 13 jun. 2024.

**Os impactos da Operação Lava Jato na economia | Blog João Borges da Rede Globo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/blog/joao-borges/post/os-impactos-da-operacao-lava-jato-na-economia.html>>. Acesso em: 26 set. 2024.

PEREIRA C.B., & Melo M.A. (2015). **O Processo de Impeachment de Dilma Rousseff no Brasil: Uma Crise Institucional**.

PIAIA, T. C. As assimétricas trajetórias institucionais no Brasil e nos Estados Unidos e suas implicações na questão da inovação tecnológica. **Revista Eletrônica Direito e Política**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 1051–1075, 2014. DOI: 10.14210/rdp.v9n2.p1051-1075. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/6042>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PIANCA, OJB; CRUZ, PB; TEIXEIRA, A. **Efeito da volatilidade da taxa de câmbio no crescimento econômico brasileiro**. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22473>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

RESENDE, M. F. D. A. C.; TERRA, F. H. B. Macroeconomia desenvolvimentista: uma avaliação pós-Keynesiana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 1, p. 76–98, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/55631>. Acesso em: 29 mai. 2024.

RESENDE, M. F. da C.; TERRA, F. H. B. (2020). Ciclo, crise e retomada da economia brasileira: avaliação macroeconômica do período 2004-2016. **Economia e Sociedade**, 29(2), 469–496. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art05>. Disponível em: [https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/ES/69/5\\_Resende.pdf](https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/ES/69/5_Resende.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

PLANO REAL: **Saiba como esse plano salvou a econômica brasileira**. Disponível em: <https://www.sun0.com.br/artigos/plano-real/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ROCHA, F.V. **Investimento em infraestrutura no Brasil: políticas públicas, agronegócio e desenvolvimento econômico**. 2016. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-17012017-150022/en.php>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

RODRIGUES, Luiz Felipe. Resenha: O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016) / (Introdução e parte I). **ENTRE-LUGAR**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 371–380, 2019. DOI: 10.30612/el.v10i19.10074. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/10074>. Acesso em: 1 out. 2024.

RODRIGUES, D. A.; AFONSO, J. R. R.; PAIVA, S. M. **Instituições financeiras de**

**desenvolvimento: revisitando lições das experiências internacionais.** 2017. Disponível em: &lt;<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13856>&gt;.

RODRIK, D. (2017). **Conversa Direta sobre Comércio: Ideias para uma Economia Mundial.** Princeton University Press.

RODRIK, D., Subramanian A., & Trebbi F. (2004). **Regra das Instituições: O Primado das Instituições sobre Geografia e Integração no Desenvolvimento Econômico.** *Jornal do Crescimento Econômico.*

ROSSI, Paulo; DWECK, Eliana. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de saúde pública**, v. 32, n. 12, p. 1-5, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00194316>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/jXPKhnYnvR4BtZ4LcHDkm4M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ROSSIGNOLI, M.; CASTILHO, V. R. Sustentabilidade fiscal do estado e desenvolvimento econômico: discussões para o estabelecimento da competitividade e desenvolvimento. **Revista Inteligência**, 2019. Disponível em: &lt;<https://iberoamericanic.org/ojs/index.php/rev/article/view/360>&gt;. Acesso em: 10 jun. 2024.

SALOMÃO NETO, Benito Adelmo. Quando a política afeta a economia? Os efeitos da instabilidade macroeconômica e incertezas políticas sobre o mercado de capitais no pós crise. **R. Bras. Eco. de Emp.** 2020; 20(1): 21-34. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbee/article/view/11419>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SALLUM, B., Jr et al. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 60, p. 115–135, 2016.

SANTOS, E. C. DOS et al. ANÁLISE DA RELAÇÃO DE CURTO E LONGO PRAZOS ENTRE AS POLÍTICAS MONETÁRIA E FISCAL COM CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: APLICAÇÃO DE MODELOS VEC. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, n. 3, p. 503–523, 2015.

SHELLER, V. N. E. **Durante a crise de 2008, “modelo Brasil” ignorou o resto do mundo.** Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/09/09/durante-crise-de-98-modelo-brasil-ignorou-resto-do-mundo.htm>>. Acesso em: 2 mai. 2024.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** Editora Companhia das Letras, 2018.

Veblen, T. (1899). *A Teoria da Classe de Lazer: Um Estudo Econômico das Instituições.*

VILELA, EHP; GROSSI, JC; CARVALHO, LF et al. **A Petrobras após os escândalos de corrupção da operação Lava-Jato: uma análise do valor da empresa até 2016.** *Revista de Gestão*, 2018. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/4664>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ZORZAL, L. **Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na Administração Pública.** Disponível em: <<http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/19202>>. Acesso em: 20 jun. 2024.